

INTRODUÇÃO À ECONOMIA PARA ATIVIDADES CULTURAIS E CRIATIVAS

MARCELO MILAN
GUSTAVO MÖLLER
DÉBORA WOBETO
(ORGS)

ITAÚ CULTURAL

Presidente
Alfredo Setubal

Diretor
Eduardo Saron

NÚCLEO OBSERVATÓRIO

Gerência
Jader Rosa

Coordenação
Luciana Modé

Produção
Ediana Borges
Rafael Gama Figueiredo

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

Gerência
Ana de Fátima Sousa

Coordenação de conteúdo
Carlos Costa

Direção de arte
Yoshiharu Ararkaki

Produção editorial
Luciana Araripe

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor
Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitor
Patrícia Pranke

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretora
Maria de Lurdes Furno da Silva

Vice-Diretor
André Moreira Cunha

NÚCLEO DE ESTUDOS EM ECONOMIA CRIATIVA E DA CULTURA

Coordenação
Marcelo Milan

Gerência
Gustavo Möller

Coordenação de Ensino e Pesquisa
Débora Wobeto

Projeto gráfico e editoração
Carolina Nobre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I61 Introdução à economia para atividades culturais e criativas / Organizadores Marcelo Milan, Gustavo Möller, Débora Wobeto. – Porto Alegre : UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022. recurso digital

Modo de acesso: internet

ISBN: 978-65-5973-096-4 (recurso eletrônico)

1. Indústria cultural. 2. Criatividade. 3. Economia. 4. História econômica. I. Milan, Marcelo, organizador. II. Möller, Gustavo, organizador. III. Wobeto, Débora, organizadora. IV. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura V. Itaú Cultural. Núcleo Observatório. VI. Título.

CDD 306

INTRODUÇÃO À ECONOMIA PARA ATIVIDADES CULTURAIS E CRIATIVAS

MARCELO MILAN
GUSTAVO MÖLLER
DÉBORA WOBETO
(ORGS)

ISBN: 978-65-5973-096-4





capítulo

06

**MACROECONOMIA
BRASILEIRA E
AS INDÚSTRIAS
CULTURAIS E
CRIATIVAS**

Marcelo Milan

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ABORDAGEM MACROECONÔMICA E APLICAÇÃO AO ESTUDO DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS

Diferente da microeconomia, que em geral aborda as transações e principalmente os comportamentos como sendo isolados ou parciais, com a determinação de quantidades a partir de informações sobre os preços de bens e serviços específicos, a macroeconomia estuda os fenômenos econômicos como um todo, isto é, considerando toda a atividade econômica em um determinado território (como por exemplo o Brasil) e período de tempo (uma década, um ano ou um trimestre por exemplo). Assim, considera-se o valor total de todos os bens e serviços e o nível geral de preços. Esta subárea da economia é mais recente e surgiu nos anos 1930, em uma época de longa e profunda crise econômica, conhecida como a Grande Depressão do século XX (1929-1939)¹.

Do ponto de vista das quantidades, o volume total de bens e serviços produzidos foi fortemente reduzido durante este colapso econômico. Com a queda nas vendas, aumentos nos estoques e perdas na produção, o nível de emprego também foi duramente afetado, ao mesmo tempo em que parte significativa das máquinas e instalações ficaram ociosas. O elevado desemprego e a alta ociosidade econômica, ao reduzirem a produção, reduziram concomitantemente a renda total dos agentes econômicos (salários, lucros, alugueis e juros). Esse paralelismo tornou necessário olhar para a economia como um todo, não identificando apenas problemas em mercados isolados ou de transbordamento limitado entre um mercado e outro (Blanchard, 2018).

¹ Houve uma outra Grande Depressão no século XIX (1873-1896), conhecida também como Longa Depressão.

Além das quantidades (de produtos, de insumos intermediários, de emprego etc.), em um contexto de crise muitas vezes as empresas cortam seus preços para tentar evitar quedas mais profundas nas vendas. Porém, nem mesmo a chamada deflação², quando os preços em média ficam menores, foi suficiente para estimular vendas e a retomada da produção e do emprego. Pelo contrário, contribuiu para piorar as expectativas dos empresários (pessimismo sobre novas quedas nas receitas ou vendas), que seguiam reduzindo a produção, demitindo trabalhadores e liquidando contratos com fornecedores, e muitas vezes mesmo fechando as portas em processos de falência. Além disso, o investimento, isto é, a ampliação da capacidade produtiva por meio da compra de novas máquinas, equipamentos e construção de novas instalações, sofreu forte queda, pois a capacidade produtiva já instalada se mostrou excessiva para a demanda existente e em declínio, com elevada ociosidade. E o investimento das empresas é um dos principais componentes da despesa agregada na economia como se argumenta a seguir.

As fortes quedas na produção de bens e serviços e nos preços, e logo na renda, além das elevadas taxas de desemprego, durante um período prolongado, deixava claro que os mercados não se autorregulavam, como suponha a teoria microeconômica baseada apenas no modelo concorrencial de oferta e demanda. Assumia-se que o todo (a então desconhecida macroeconomia) é apenas a soma das partes (microeconômicas, consideradas as únicas análises possíveis) que o compõem (falácia da composição). Os preços não se ajustavam na velocidade necessária para evitar fortes consequências negativas para a sociedade em termos de perda de bem-estar material (emprego, renda, consumo) e bem-estar psicológico (motivação, confiança, autoestima etc.). Pelo contrário, a queda nos preços tornava a situação pior, ao contrário do que suponha a microeconomia. A instabilidade prolongada e suas consequências econômicas e sociais se mostravam muito custosas para simplesmente aguardar passivamente a autocorreção dos mercados, se tanto, a qual ocorreria apenas no momento em que os preços, baixos o bastante, criassem oportunidades para compras pelos consumidores e logo a retomada das vendas e da produção.

² A deflação é o contrário de inflação, sendo que a última representa um aumento médio nos preços gerais da economia e que hoje é o fenômeno mais comum. Existe ainda a desinflação, que é a passagem de uma inflação maior para uma menor.

O mecanismo de preços se mostrava assim insuficiente para coordenar a atividade econômica, pois apontava para um círculo vicioso em que a queda na produção e nos preços acontecia em sucessivas rodadas, deteriorando as expectativas empresariais e levando a novos cortes. O elevado desemprego não permitia aos consumidores manterem os seus fluxos programados de despesas, mesmo com a queda nos preços, e o padrão de vida sofreu forte impacto. Portanto, outras medidas de estabilização, ajuste ou correção, baseadas na retomada das compras, deveriam ser adotadas para recuperar a economia e colocá-la em uma trajetória de prosperidade e pleno-emprego, isto é, com o menor nível possível de desemprego e ociosidade da capacidade produtiva instalada (estoque de capital).

A Grande Depressão deixava claro que nenhuma análise baseada na microeconomia poderia dar respostas intelectualmente aceitáveis para a crise. Isso motivou a busca por uma melhor compreensão dos fenômenos que estavam acontecendo, revelando um descontentamento com as explicações insatisfatórias advindas da microeconomia (as principais abordagens microeconômicas foram discutidas nos capítulos 1 e 2)³. Por exemplo, segundo a perspectiva microeconômica, o desemprego seria um fenômeno restrito a um mercado específico ou parcial: o mercado de trabalho (Mitchell, Wray e Watts, 2019). A existência de pessoas desocupadas resultaria de forças extraeconômicas que impediriam os salários de caírem. A desocupação da força de trabalho poderia então ser resolvida com base na queda da remuneração ou renda do trabalho, dado que o desemprego só poderia ser causado por salários elevados (pois o desemprego seria um desequilíbrio entre oferta e demanda, com salários elevados estimulando a oferta e restringindo a demanda por trabalho).

Assim, sendo o salário o preço dos serviços do trabalho, se o mesmo está acima do preço de equilíbrio, a oferta é maior que a demanda, havendo desempregados, e o preço deveria cair para restaurar o equilíbrio de mercado, isto é, o mais alto nível possível de emprego. Se os salários pudessem cair livremente até o salário de equilíbrio,

³ Desde os anos 1970 alguns economistas têm tentado retomar a centralidade da microeconomia para discutir problemas macroeconômicos. Acreditam que a macroeconomia não pode ser entendida por si, sendo preciso reduzi-la ao comportamento dos agentes e dos mercados que a compõem, sendo mero ato de agregação destes comportamentos e mercados. Emprega-se então a abordagem do equilíbrio geral, segundo a qual todos os mercados estão conectados a partir de suas ofertas e demandas. Contrapõe-se portanto ao chamado equilíbrio parcial de cada mercado que só é válido sob o pressuposto de *ceteris paribus* (tudo mais constante, isto é, todos os outros mercados em equilíbrio).

definido como aquele salário que permite a toda oferta voluntária de trabalho ser absorvida pela demanda, as empresas teriam interesse em contratar todos os desempregados que quisessem trabalhar, posto que seria mais barato e logo potencialmente mais lucrativo fazê-lo. Não haveria desemprego duradouro que não fosse opção dos próprios trabalhadores, isto é, desemprego voluntário⁴ (Mitchell, Wray e Watts, 2019). Se o mecanismo de preços funcionasse, a economia seguiria uma trajetória estável de expansão, isto é, sem períodos de crise, como as recessões ou depressões, pois os preços se ajustariam rapidamente para evitar este resultado o desemprego seria baixo, restrito àqueles que não querem trabalhar por alguma razão.

Contudo, ao mesmo tempo em que os salários representam custos para os empregadores, de uma perspectiva microeconômica, representam poder de compra, ou fonte de demanda ou de consumo para quem recebe. Isto é, para os trabalhadores assalariados de uma perspectiva mais ampla. Essa demanda se reflete na receita das empresas que produzem ou comercializam bens consumidos por estes trabalhadores. Ou seja, reduzir salários significa reduzir demanda por bens e serviços. Redução esta que se processa pela queda da parte do consumo que é paga pela renda do trabalho⁵. Logo, se os cortes de salários são generalizados na economia, muitas empresas se deparariam com queda nas vendas, elevação indesejada de seus estoques, sendo então obrigadas a efetuar cortes na produção, nas compras de fornecedores, inclusive de bens de capital, e no emprego.

Portanto, o desemprego não poderia ser considerado apenas como fenômeno microeconômico pertencente ao mercado de trabalho. A demanda por trabalho é uma demanda derivada, dependendo da demanda por bens e serviços que são produzidos por meio deste trabalho. Ou seja, a demanda por bens e serviços é uma demanda indireta pelo trabalho necessário para produzi-los. Se a demanda agregada é insuficiente, haverá pessoas desempregadas de forma involuntária, ou seja,

⁴ Algumas abordagens microeconômicas consideram que o lazer se torna preferível ao trabalho a partir de determinados níveis de salário, e a opção por permanecer desempregados é uma decisão dos próprios trabalhadores, que consideram ou os salários muito baixos ou muito altos, substituindo trabalho por lazer. Assume-se no primeiro caso (salários considerados baixos) que o lazer é gratuito e que não precisa da renda do trabalho, ou de qualquer outra renda, para ser consumido.

⁵ Além disso, reduções salariais podem levar a perda de motivação por parte dos trabalhadores, ou uma maior rotatividade de pessoal nas empresas, com elevado fluxo de saída, o que afeta a produtividade, isto é, a produção por trabalhador. Este efeito é chamado de salário-eficiência (Blanchard, 2018).

que gostariam de trabalhar mesmo recebendo salários iguais aos vigentes ou até mesmo menores, mas não encontram empresas dispostas a contratar. E as empresas não contratam porque não estão vendendo a sua produção corrente na velocidade necessária. Mesmo se houvesse disposição dos trabalhadores de trabalharem de graça, não faria sentido contratá-los para aumentar a produção se a expectativa é que nem mesmo a atual produção pode ser vendida. Assim, a demanda ou despesa agregada por bens e serviços se tornou a principal foco de preocupação para entender as oscilações na atividade econômica agregada.

A reação de alguns economistas à inadequação da análise microeconômica existente e à falácia da composição, entre os quais John Maynard Keynes na Inglaterra e Michal Kalecki, inicialmente na Polônia e em seguida também na Inglaterra, se dava sobretudo contra as previsões baseadas nas abordagens do mercado de trabalho e do desemprego voluntário. A solução para a Grande Depressão não passava pela redução salarial ou por mudanças no mercado de trabalho, conforme pregava a teoria microeconômica. Era preciso uma nova teoria econômica, mais ampla, que considerasse também, simultaneamente, o mercado de bens e serviços finais, bem como fontes adicionais de demanda para além do setor privado, abrindo espaço para as políticas de estabilização (discutidas na quarta seção) (Blanchard, 2017). Essa visão mais ampla é justamente a abordagem macroeconômica, que enfatiza os agregados, isto é, os resultados totais, não apenas setoriais⁶ da economia, apontando para a falácia da composição da microeconomia.

Na próxima seção a apresentação do circuito do fluxo da renda mostra essas relações macroeconômicas de forma clara. A variável agregada mais importante para a atividade econômica é portanto a demanda, despesa, dispêndio ou gastos de todos os setores institucionais da economia (famílias, empresas, governo e resto do mundo). (Mitchell, Wray e Watts, 2019). Com base nestes aspectos, esta abordagem permitiu analisar de forma profunda os fenômenos da deflação (e seu oposto, a inflação), o desemprego, a persistência de níveis elevados de capacidade ociosa, recessões e crises, introduzindo a importância da formação das expectativas para

⁶ Recentemente uma maior ênfase tem sido dada em um nível intermediário de agregação entre a microeconomia e a macroeconomia, a mesoeconomia. Ver por exemplo Bérni e Lautert (2011).

as decisões de gasto, em particular do investimento. O pleno emprego⁷ passou a ser um parâmetro para avaliar o desempenho das economias. Assim, as principais preocupações da macroeconomia envolvem a produção agregada de bens e serviços e o ritmo de sua evolução ao longo do tempo, os períodos de expansão e declínio, o desemprego do trabalho, a ociosidade do capital (grau de utilização das máquinas, equipamentos e instalações existentes) e de outros recursos produtivos, o nível dos preços na economia e as relações com o resto do mundo.

Além dos mercados de trabalho e de bens e serviços, um importante segmento do mercado financeiro, o mercado monetário, ganhou centralidade na macroeconomia Keynesiana. As modernas economias capitalistas são economias monetárias, isto é, funcionam com base no dinheiro. A circulação monetária entre os diferentes ramos econômicos e a taxa de juros cobrada nos diferentes empréstimos bancários e nas diferentes transações financeiras, passaram a ser pensadas de forma integrada ao resto da economia, isto é, aos demais mercados, pois a macroeconomia deve olhar para todos os mercados da economia simultaneamente, observando suas inter-relações, e além, considerando também os elementos não mercantis e políticos.

A visão monetária anterior, conhecida como teoria quantitativa da moeda, se mostrou equivocada assim como a abordagem microeconômica do desemprego. Segundo a primeira, as variações na quantidade de moeda emitida pelo sistema monetário (banco central mais bancos que recebem depósitos e fazem empréstimos) poderiam afetar apenas os preços gerais da economia no longo prazo, quando nada mais poderia ser modificado por definição. Isto é, não teriam nenhum impacto na produção e no emprego, pois, adotando a perspectiva microeconômica já discutida, assumia-se que os preços e salários se adequariam à oferta e à demanda, garantindo o pleno emprego e o nível de produção correspondente a este emprego de forma praticamente automática no longo prazo. Como a demanda por moeda era considerada estável e previsível, mudanças na quantidade de moeda afetariam apenas os preços no longo prazo. A moeda seria, desta forma, neutra em relação às variáveis reais (produção, emprego, tecnologia etc.).

⁷ Algumas abordagens denominam 'produto potencial' a produção máxima que pode ser obtida com o nível mínimo de desemprego dos recursos disponíveis que não gera inflação, dada a presente tecnologia (Blanchard, 2017).

Keynes (1983) argumentou que o dinheiro era também uma forma de riqueza substituída dos bens de capital em situação de elevada incerteza e expectativas pessimistas sobre o futuro. Ao reter dinheiro, preferindo manter a liquidez, e não investir, as empresas contribuem para reduzir a demanda por bens de capital e logo a produção dos mesmos e a cadeia produtiva de fornecedores, gerando desemprego. A moeda não é e não pode ser neutra, pelo contrário.

As flutuações periódicas na atividade econômica explicitavam a natureza instável das economias capitalistas, que por sua vez estimulava o desenvolvimento da macroeconomia. Esta instabilidade pode ser entendida a partir de dois elementos. O primeiro é a demanda ou despesa agregada, como já mencionado. Do ponto de vista macroeconômico, a despesa pode ser dividida entre o componente doméstico e o componente externo, isto é, a demanda do resto do mundo pela produção doméstica, ou exportações, subtraindo a demanda doméstica pela produção externa, ou importações. O componente doméstico se divide entre gastos de consumo e investimento, pelo setor privado e pelo setor público. Os gastos de investimento, por refletirem expectativas sobre um futuro incerto que portanto não se pode prever ou antecipar, são voláteis, isto é, instáveis, apresentando um padrão de flutuações ao longo do tempo, com períodos de redução da liquidez para aumentar o investimento e períodos em que as empresas preferem manter a liquidez e não investir. Este é o principal, embora não único, determinante da instabilidade macroeconômica.

Contudo, o investimento não representa, em geral, a maior parcela da despesa agregada. Como então é possível que possua a capacidade de proporcionar tanta instabilidade e crises de tempos em tempos? A resposta está no segundo elemento. Para entendê-lo, é preciso notar que a macroeconomia pode ser observada a partir de uma visão panorâmica de todos os seus encadeamentos produtivos, comerciais, monetários, técnicos etc. A economia é formada não por mercados, indústrias e ramos de atividade autossuficientes, como se fossem ilhas, mas por complexas cadeias fortemente integradas de produção, comercialização e financiamento que envolvem redes de fornecedores, colaboradores, financiadores ou credores e clientes, no varejo e no atacado, domésticos e externos, além de governos que regulam e tributam os componentes destas cadeias e redes, além de também efetuar gastos que as movimentam. Uma decisão de gasto ou despesa em qualquer ponto da cadeia

gera renda e gastos adicionais que se espalham por outros pontos interligados da rede, afetando toda a cadeia ou mesmo outras cadeias interligadas.

Este segundo elemento é conhecido como efeito multiplicador. Ele está por trás da ideia de que uma determinada atividade econômica gera empregos e renda primários (no próprio setor que inicia os gastos, para ajustar a produção e a renda a estas despesas) e empregos secundários (que são gerados exclusivamente para dar suporte às atividades responsáveis pela geração direta de empregos e renda, isto é, emprego e renda gerados de forma derivada ao longo das cadeias de produção e distribuição, e que não existiriam sem aquele gasto inicial responsável pelo emprego e renda primários). Portanto, uma mudança na despesa agregada é magnificada pelo efeito multiplicador, que depende da disposição média a gastar dos agentes econômicos. Quando maior a disposição secundária a gastar a renda gerada inicialmente pelo gasto primário, ajustada pelos tributos, pelas importações e pela acumulação de ativos financeiros, maior o efeito multiplicador. O multiplicador tem portanto a capacidade de ampliar a renda e logo as despesas induzidas por esta variação na renda, isto é, despesas de consumo, vendas externas e investimentos, gerando uma trajetória de instabilidade a partir do primeiro elemento da despesa⁸. Assim, mesmo que o investimento não perfaça a maior parte da despesa agregada, suas flutuações são amplificadas pelo efeito multiplicador.

A macroeconomia mostra que o funcionamento do todo é diferente do funcionamento das partes que perfazem este todo, mostrando a falácia da composição (Mitchell, Wray e Watts, 2019). Para ilustrar esse resultado de uma outra forma, é importante notar que existe uma importante igualdade contábil, isto é, uma igualdade que é sempre verdadeira por definição, na macroeconomia: a igualdade entre investimento (gasto com máquinas, equipamentos, instalações e estoques⁹) e poupança macroeconômica (a parte da renda que não é destinada aos bens de consumo e que portanto só pode ser destinada aos bens de capital e aos bens não

⁸ Existem também fatores econômicos que contribuem para amortecer os efeitos das despesas no sistema econômico: são os chamados estabilizadores automáticos. Estes incluem impostos e tributação em geral, despesas com bens importados e aquisição de ativos financeiros.

⁹ Estoques aqui são a parte da produção não vendida no período de mensuração. A contabilidade social força o registro da venda destes estoques, assumindo que as empresas que os produziram são os compradores finais.

vendidos ou estoques)¹⁰. Essa igualdade se verifica de forma contábil apenas no plano macroeconômico, isto é, ao observar o resultado final de todas as decisões dos agentes econômicos em termos de gastos ou despesas (a poupança é decisão de não gastar em bens de consumo), sendo que para um conjunto de pessoas os gastos excedem as receitas e para outros se dá o contrário. Para cada agente, mercado ou setor tomados individualmente não há igualdade. Pelo contrário, a desigualdade entre decisões de gasto em bens de capital e acumulação de ativos financeiros é a regra no plano meso ou microeconômico.

Considerando os setores culturais e criativos, a ênfase na compreensão do bom ou mal funcionamento da economia como um todo proporciona instrumentos que podem ser aplicados para estes segmentos específicos. No caso das atividades econômicas associadas à cultura e também no caso das chamadas indústrias criativas, os elementos acima podem ser aplicados como desdobramentos setoriais. Por exemplo, pode-se calcular o valor monetário da produção nestes setores em um dado período de tempo: da produção de novos filmes em um ano, da produção envolvida nas novas peças de teatro em cartaz no trimestre, novos lançamentos de livros, produção de novos espetáculos de música etc.). Pode-se estimar o volume total de emprego e renda gerados em cada uma destas atividades, e também os empregos e rendas indiretos gerados ao longo da cadeia de produção e distribuição. E também os impactos econômicos destas atividades sobre o resto da economia na forma de despesas com aquisição de insumos ou vendas para segmentos que utilizam estes produtos como insumos (ver a este respeito a última seção deste capítulo).

Tudo isso remete a uma outra questão central: como mensurar ou contabilizar o valor da produção da economia? Este é justamente o papel de um importante instrumento auxiliar da macroeconomia: a contabilidade social ou o sistema de contas nacionais, tópico da próxima seção.

¹⁰ Diferencia-se, assim, o investimento financeiro, que são apenas aplicações de renda monetária em ativos financeiros, do investimento macroeconômico, que trata da aquisição de bens de capital. E a poupança macroeconômica difere da caderneta de poupança, que é um produto bancário disponível para os clientes com poupança, isto é, trata-se de uma aplicação financeira possível da poupança, mas não a única (a poupança poderia ser aplicada em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), por exemplo. Ou mantida como depósito à vista em uma conta corrente.

2. FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE SOCIAL

A discussão na seção anterior remete à necessidade de se produzir indicadores ou medidas precisas que sintetizem a atividade econômica agregada sem a necessidade de um elevado número de indicadores setoriais ou microeconômicos dispersos e desarticulados. Isto é, com a necessidade de se desenvolver uma nova forma de entender o funcionamento da economia surgiu também a necessidade de instrumentos e métodos sistemáticos de mensuração da atividade econômica agregada. Como a atividade econômica está baseada em transações de distintas naturezas, mas, dada a natureza da sociedade capitalista, monetárias¹¹, os valores correspondentes podem ser classificados, mensurados, registrados, e somados ou contabilizados para se alcançar um totalizador ou um conjunto reduzido de dados que reflita de forma sintética as condições econômicas agregadas. Neste contexto foi desenvolvida a contabilidade social ou nacional para proporcionar conhecimento empírico sistematizado sobre a atividade macroeconômica.

Diferente da contabilidade empresarial, a contabilidade social estrutura e organiza as contas da nação, desenvolvendo e aperfeiçoando metodologias próprias para este fim, ainda que mantendo a necessidade da consistência entre as contas pelo método das partidas dobradas¹². Este método procura dotar as mensurações de maior acurácia. É possível assim conhecer o volume e o valor da produção, da renda associada a esta produção, e das despesas que validam parcial ou totalmente as decisões de produção. Por exemplo, a centralidade da despesa agregada para o desempenho da economia, em particular dos gastos com investimento, sugere que as contas nacionais devem ser estruturadas de forma a identificar a natureza dos

¹¹ A centralidade do dinheiro é tão importante que mesmo as atividades não mercantis, a produção para autoconsumo ou os serviços providos pelo setor público têm valores monetários imputados de forma estimada (ou com base no custo monetário das mesmas) para inclusão nas contas nacionais. Ver Feijó et al. (2013).

¹² Este método contábil requer que toda transação seja contabilizada de forma dobrada, como entrada e saída, débito e crédito ou, mais em sintonia com o sistema de contas nacionais moderno, recursos e usos, de forma que sejam sempre iguais com sinal trocado para que a soma seja zero, a condição que garante a consistência.

gastos e seus principais componentes, para que não se confunda a aquisição de um bem durável de consumo com uma despesa de investimento. As regras contábeis seguidas pela contabilidade social são padronizadas e sistematizadas internacionalmente por meio do Sistema de Contas Nacionais (SCN) da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja última revisão foi feita em 2008. No Brasil, desde 1985 o IBGE publica informações sobre as contas nacionais, com dados de frequência anual e trimestral (contas nacionais trimestrais).

Os dois principais instrumentos contábeis do sistema de contas nacionais são as Contas Econômicas Integradas (CEI) e Tabelas de Recursos e Usos (TRU). As CEI são estruturadas em termos de grandes setores institucionais (empresas financeiras e não financeiras, famílias, administrações públicas, instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias e resto do mundo) e três contas (correntes, acumulação e patrimônio). O adjetivo “integradas” remete à macroeconomia, pois os valores mensurados só fazem sentido quando entendidos em conjunto, como dimensões pertencentes à mesma realidade econômica. As TRU mensuram os resultados da produção e a utilização da renda considerando vários setores de atividade. Ambos os instrumentos devem estar conceitualmente articulados para garantir a consistência dos resultados (Feijó et al., 2013).

Sem estender muito a discussão para evitar os seus aspectos mais técnicos, com relação às CEI, as contas correntes registram o valor das transações de produção de bens e serviços (conta de produção), e geração, distribuição (rendimentos, como salários, renda mista – não atribuída nem ao trabalho nem ao capital – e lucros, também chamados de excedente operacional bruto) e utilização da renda para fins de consumo ou poupança (conta de renda). Na macroeconomia, como já mencionado, a poupança é a parcela da renda monetária não consumida, que então só pode ser acumulada na forma de ativos financeiros, em um primeiro momento, ou de ativos reais ou bens de capital em seguida. As contas de acumulação partem do saldo de poupança disponível nas contas correntes e adicionam as transações efetuadas, que distribuem os novos fluxos entre os estoques existentes¹³, e também as mu-

¹³ As definições de fluxo e estoque são aprofundadas a seguir. É importante entender bem a diferença entre os dois conceitos. Segundo Michal Kalecki, a economia é a arte de confundir fluxos e estoques.

danças no valor dos estoques que não dependem das transações. Por exemplo, a poupança, a parte da renda monetária que foi inicialmente adicionada ao estoque de dinheiro ou ao estoque de depósitos bancários, pode ser utilizada para adquirir imóveis antigos, que são estoques. Mas o valor destes imóveis pode mudar em função de eventos no mercado imobiliário mesmo antes de a poupança ser transformada em valor imobiliário. Ambos os efeitos contribuem para modificar o valor total do estoque ou da riqueza. As contas de acumulação incluem as subcontas de capital, financeira, de outras variações no volume dos ativos e conta de reavaliação. As duas primeiras indicam a capacidade ou necessidade de financiamento da economia. O saldo da conta de acumulação é o ponto de partida para a conta de patrimônio, que trata apenas de estoques. Esta conta está subdividida em conta de patrimônio inicial, conta de variação de patrimônio e conta de patrimônio final. Para tanto são apurados os valores derivados de variação dos ativos não financeiros, variação dos ativos financeiros, variação dos passivos financeiros e variação do patrimônio líquido, que é a medida mais recente da riqueza líquida da economia (Feijó et al., 2013).

Diferente das CEI, as TRU abordam as transações não por setores institucionais, mas por ramos de atividade. Os fluxos intersetoriais assim registrados permitem mensurar a atividade econômica de forma desagregada, indicando como a produção, a renda e a despesa se distribuem na economia. As tabelas são decompostas em recursos (produção e importação de bens e serviços, incluindo impostos indiretos ou sobre produtos, subtraídos de subsídios), usos (consumo intermediário e despesa final em termos de consumo, formação bruta de capital fixo ou investimento e exportações) e valor adicionado, que nada mais é que o novo valor pago na forma de renda, que é gerada em cada etapa da produção. Os empregos por setor também são contabilizados nas TRU. Os resultados são então agregados em 12 grupos de atividades: Agropecuária; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; Construção civil; Comércio; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar; Atividades imobiliárias e aluguéis; Outros serviços; e Administração, saúde e educação públicas e seguridade social. As atividades culturais e criativas ficam inseridas em algumas destas classes agregadas.

A principal medida da atividade econômica agregada proporcionada pelas contas nacionais é o Produto Interno Bruto (PIB) (Mitchell, Wray e Watts, 2019). Este valor pode ser medido segundo três óticas equivalentes captadas nas CEI e TRU, isto é, óticas que geram necessariamente um valor idêntico: produção, renda e despesa. Pela ótica da produção, o PIB é definido como a soma dos valores monetários dos bens e serviços finais novos, isto é, produzidos formalmente e legalmente para venda ou para a provisão de necessidades em um determinado período de tempo. Nesta ótica o valor do PIB possibilita vários recortes possíveis. Por exemplo, PIB pode ser decomposto como a soma do valor da nova produção primária agregada (agropecuária), do valor da nova produção industrial agregada e do valor da nova produção agregada de serviços.

O PIB pode ser calculado como agregado de bens e serviços finais muito diversos (incluindo, por exemplo, automóveis, espetáculos teatrais, livros, serviços veterinários, sacas de café, cortes de frango congelado etc.) porque mensura a produção a partir de uma medida comum: o valor monetário. Não é possível somar quantidades ou volumes produzidos de bens e serviços com unidades de medida distintas (toneladas, metros cúbicos, gigawatts, número de consultas, horas de aula etc.), mas como são geradas para a venda, isto é, para serem transformados em dinheiro, ou já são computadas com um valor monetário imputado por metodologia própria no caso das atividades de autoconsumo ou não mercantis, este valor pode ser somado e contabilizado de forma agregada.

Para evitar dupla contagem (duplicação indevida), apenas o valor dos bens e serviços finais é considerado, embora as TRU explicitem o consumo intermediário que compõe o valor bruto da produção, isto é, o valor calculado com dupla, tripla etc. contagem. Os bens intermediários e os insumos têm seus valores incorporados no valor dos produtos finais. Para se isolar o valor dos bens finais dos bens intermediários, se calcula o valor adicionado em cada etapa da produção. O valor adicionado é basicamente a remuneração do trabalho, capital (ativos reais ou financeiros) ou do uso da propriedade de recursos naturais, e portanto o valor da produção é necessariamente igual ao valor da renda paga e recebida durante o processo produtivo. Ainda, apenas a produção formal e legal pode ser mensurada

diretamente. A produção informal e ilegal pode ser estimada por outros métodos indiretos (Feijó et al. 2013).

A produção enquanto fluxo significa criação de algo novo durante um intervalo de tempo (bens e serviços ou renda gerada na produção destes bens e serviços). Os bens duráveis usados (segunda mão) não são computados no PIB quando são vendidos. Eles foram calculados no PIB do ano em que foram produzidos, isto é, quando eram novos. Nos próximos períodos eles passam a fazer parte do estoque ou riqueza da economia¹⁴. Mas se a venda envolver alguma comissão, essa renda entra no cálculo do PIB (remuneração por um novo serviço prestado na venda de um bem usado). Por fim, o PIB é mensurado trimestralmente ou anualmente. Isso reforça o conceito de fluxo, ou seja, uma medida que acontece continuamente e que só pode ser medida se for fixado um intervalo para demarcar o início e o fim do período de mensuração. O PIB anual é calculado de primeiro de Janeiro a trinta e um de dezembro de cada ano (ano calendário).

Alguns aspectos envolvidos no cálculo do PIB permitem aprofundar o entendimento acerca desta variável. O adjetivo “interno” se refere aos limites territoriais da produção, que se confundem com as fronteiras nacionais. Toda a produção nova que ocorre dentro destas fronteiras é incluída no cálculo do PIB. A presença de empresas multinacionais com sede em países estrangeiros, assim com os trabalhadores destes países, não muda o cálculo do PIB. Porém, as empresas brasileiras operando em outros países ou os trabalhadores brasileiros trabalhando e recebendo salários em outros países não entram no cálculo do PIB do Brasil. Isto remete a um outro adjetivo utilizado para qualificar a produção: “nacional”. O PNB é o Produto Nacional Bruto, que considera apenas a produção efetuada por empresas e trabalhadores brasileiros, não importa se no Brasil ou em qualquer outro país. Portanto, a dife-

¹⁴ Portanto, é incorreto identificar o PIB com riqueza. A riqueza é um estoque, ou seja, uma variável que se acumula ao longo do tempo e que pode ter seu valor mensurado a qualquer momento, sem a necessidade de se fixar um intervalo com início e fim. Diferente da riqueza, o PIB não é cumulativo ao longo dos anos, pois seu prazo mais longo convencionalmente é o de um ano. A cada dia primeiro do ano o cálculo do PIB começa do zero novamente. O PIB é um fluxo, uma fonte de riqueza que se incorpora a ela quando não é consumido integralmente, mas não se confunde conceitualmente e contabilmente com ela. Assim, o investimento ou formação bruta de capital fixo faz parte do PIB no ano em que ocorre, mas o capital fixo acumulado faz parte da riqueza nos anos seguintes enquanto não se deprecia. A contabilidade social dispõe também de métodos específicos para calcular a riqueza financeira, como as matrizes de fluxos de fundos das contas monetárias e financeiras e a própria conta de patrimônio (Feijó et al., 2013).

rença entre PIB e PNB é justamente a renda enviada ao exterior para remunerar as empresas e trabalhadores estrangeiros que operam no Brasil, ajustada pela renda de empresas e trabalhadores brasileiros recebida do exterior. Por fim, o adjetivo “bruto” diz respeito ao fato de que o produto não foi ajustado pelo desgaste ou depreciação do estoque de capital instalado no país. Como parte da produção deve necessariamente ser destinada para a reposição da parte desgastada das máquinas, equipamentos e construções, então ela não está disponível para utilização para outros fins. Se a depreciação é considerada no cálculo, então tem-se o produto interno (ou nacional) líquido.

Como os valores são calculados em termos monetários, utilizando preços de mercado apurados ou imputados, ou ainda custos monetários de produção, surge o problema das variações nos preços. O PIB é a soma de valores monetários, definidos como quantidades físicas ou reais multiplicadas pelos preços monetários praticados/imputados no período de apuração. Se os preços monetários mudam, o valor monetário do PIB muda automaticamente. Isso dificulta comparações ao longo do tempo, pois no limite o PIB poderia aumentar apenas com a elevação dos preços, isto é, com a inflação. O PIB calculado utilizando preços monetários variáveis ou correntes é chamado de PIB nominal. Importa notar que, como a inflação tem sido uma característica perene das economias capitalistas desde a década de 1950, o PIB nominal sempre cresce, e pode não permitir observar a existência de ciclos, quando o PIB real pode encolher (ver discussão sobre ciclos neste capítulo).

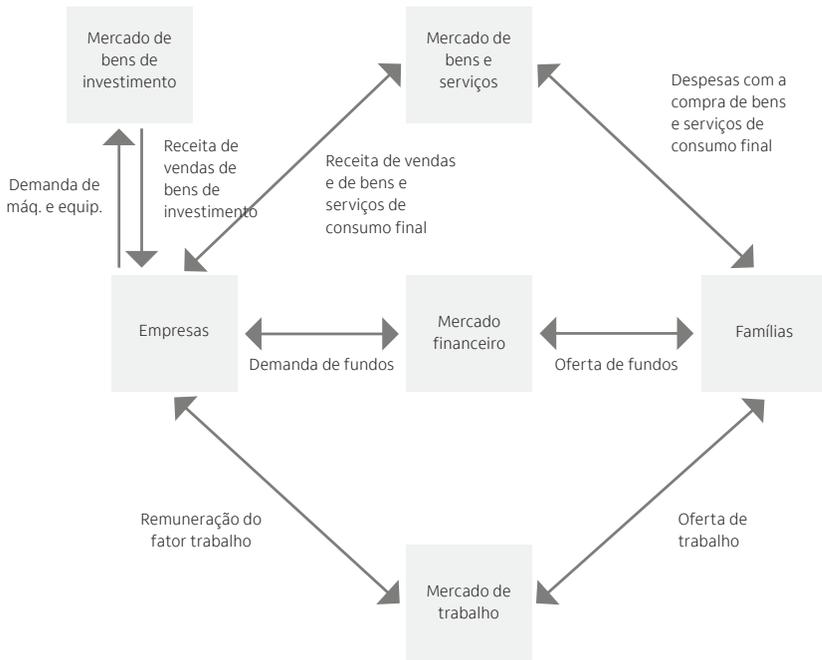
Para eliminar este problema, é preciso deflacionar (tirar a inflação) o PIB nominal utilizando um índice geral de preços (IGP) como deflator. O objetivo por trás do deflator é eliminar a variação nos preços monetários (em geral positiva) como fonte de variação no PIB, criando a ilusão de crescimento na produção ou na renda. Esse ajuste é alcançado ao se calcular o PIB utilizando preços monetários constantes. Neste caso, qualquer variação no PIB será devida a variações na produção gerada, isto é, no volume total de bens e serviços. Esta medida do PIB ajustada pela inflação é conhecida como PIB real. Em economia, toda variável nominal pode ser corrigida para expurgar os efeitos da inflação, sendo assim transformadas em variável real (Blanchard, 2018). As variáveis reais proporcionam uma apreciação mais efetiva dos

impactos, e muitas vezes estão diretamente relacionadas com o padrão de vida ou nível de bem-estar.

De forma mais geral, os índices de preços são calculados por meio de pesquisas frequentes com painéis fixos mas ajustáveis de produtores, comerciantes no atacado e comerciantes no varejo, além de painéis de produtos, considerando uma quantidade fixa cujo valor se modifica com a mudança nos preços. Assim é possível pesquisar os preços gerais da economia, bem como os preços aos produtores, preços no atacado, preços aos consumidores, preços da construção civil, núcleo de preços (expurgando preços mais voláteis) etc. No caso dos preços aos consumidores, é possível mensurar os preços pagos por consumidores em diferentes grupos de renda, por meio de pesquisas de orçamento familiar (POF). Estas mostram como as famílias gastam sua renda monetária em diferentes grupos de bens de consumo e serviços.

As duas outras óticas para o cálculo do PIB são a da renda e a da despesa, ambas obtidas por meio das CEI. Considerando a renda, o PIB ou RIB (Renda Interna Bruta) é a soma dos valores pagos em salários e ordenados (W), lucros (P), juros (R) e aluguéis (A). Assim, $PIB = RIB = W + P + R + A$. Pela ótica da despesa, o PIB ou DIB (Despesa Interna Bruta) é a soma dos valores dos gastos com consumo e investimento, podendo ser diferenciada entre público e privado, e exportações líquidas (exportações menos importações). Assim, $PIB = RIB = DIB = C + I + G + X - M$. A equivalência entre as três óticas pode ser ilustrada por meio do fluxo circular da renda disposto na figura 1. O diagrama mostra o circuito de renda real e monetária entre dois setores institucionais: as empresas (não financeiras ou apenas empresas, operando no mercado de bens e serviços de consumo e de investimento e financeiras, dentro da caixa do mercado financeiro) e as famílias. Trata-se de um fluxo circular simplificado, restrito ao setor privado doméstico. O setor governo e o setor externo poderiam ser inseridos para completar o circuito para a economia como um todo, tornando o diagrama mais realista, mas também mais complicado. A ideia básica, contudo, pode ser compreendida com o fluxo simplificado.

FIGURA 1 – FLUXO CIRCULAR DO PIB PARA UMA ECONOMIA FECHADA E SEM GOVERNO



Fonte: Feijó et al., 2013, p. 10.

Visualizando o fluxo circular pelo lado da produção, as empresas produzem bens e serviços de consumo final para as famílias e bens de investimento para as próprias empresas. A soma do valor destes dois conjuntos de bens fornece o PIB. Pelo diagrama não é possível visualizar as diferentes etapas da produção e logo o consumo intermediário ou a adição de valor em cada estágio. Porém, as empresas utilizam trabalho, o remuneram com o pagamento de salários e ordenados. As empresas demandam fundos do sistema financeiro, e remuneram estes serviços com juros (pagam os fundos mais juros, não identificados no diagrama). As máquinas e equipamentos (bens de investimento) e as instalações podem ser arrendadas, gerando pagamento de alugueis (não identificados no diagrama). Por fim, as empresas

recebem a diferença entre as receitas das vendas de bens e serviços (de consumo e de investimento) e seus pagamentos, sendo esta diferença o lucro (também não identificados no diagrama).

Portanto, em contrapartida aos fluxos reais do trabalho, capital (real e financeiro) e propriedades, há pagamentos monetários. Estes pagamentos constituem a renda monetária da economia, permitindo identificar o resultado pela segunda ótica. Por fim, as famílias compram bens e serviços finais de consumo, e as empresas compram máquinas e equipamentos (ou alugam seus serviços). Neste circuito, as famílias podem não gastar a totalidade da sua renda monetária com bens e serviços de consumo, poupando a diferença. Essa poupança é canalizada para o sistema financeiro e proporciona renda de juros. E o valor da poupança é contabilmente igual ao valor da produção de bens de investimento. A soma das duas despesas representa o gasto agregado desta economia, concluindo a apresentação do circuito pela terceira ótica.

Se o fluxo circular fosse completo, o setor governo entraria no fluxo tributando (e às vezes subsidiando) a produção, a renda e as despesas, produzindo bens e serviços por uma lógica não mercantil, e ao mesmo tempo também realiza despesas ao comprar bens e serviços de consumo ou bens de investimento para inversões públicas (estradas, escolas, hospitais etc.) junto ao setor privado. Se o governo possui dívida interna, ele também efetua pagamentos de juros para as empresas e famílias detentoras de títulos públicos. O setor externo entraria no circuito por meio de despesas junto às empresas exportadoras e por meio da provisão de bens importados, que complementam a produção das empresas domésticas para satisfazer as despesas agregadas. As especificidades do setor externo são tratadas no capítulo 7 deste livro.

O fluxo circular da renda e a equivalência das três óticas pode ser utilizado para reforçar a importância do raciocínio macroeconômico. Retomando a discussão da seção anterior, pelo fluxo circular da renda se pode notar como a remuneração do fator trabalho (salários) pelas empresas, sendo um custo ao se abordar apenas o mercado de trabalho, se transforma em despesas com a compra de bens e serviços de consumo final pelas famílias trabalhadoras no mercado de bens e serviços. Sendo a macroeconomia o estudo do fluxo circular como um todo, e não apenas dos

fluxos no mercado de trabalho, a questão da relação custo-rendimento-despesa fica clara. A microeconomia considera apenas o salário como custo pelas empresas e a oferta dos serviços do trabalho como um elemento necessário para produzir os bens e serviços. Mas nesta abordagem não é possível responder às questões: quem vai adquirir estes bens e serviços? Isto é, como esta produção será comprada?¹⁵

Por fim, é importante notar que a contabilidade não explica o comportamento macroeconômico. As variáveis calculadas são medidas a partir de uma definição, e as relações contábeis são assim sempre verdadeiras, gerando identidades que se verificam com a totalização das transações econômicas já feitas e classificadas e organizadas com base nas próprias definições. Mas é preciso explicar como o resultado contábil foi alcançado a partir da atuação dos diversos agentes econômicos operando na economia. Esta abordagem é desenvolvida na próxima seção.

¹⁵ A teoria pré-Keynesiana (e também muita teoria mais recente) respondia a esta questão assumindo a chamada Lei de Say, formulada pelo economista francês Jean-Baptiste Say. Segundo Say, a oferta cria sua própria demanda. Ou seja, a produção gera a renda que é utilizada automaticamente para adquirir a produção. Na verdade a renda é real, isto é, medida em termos de bens e serviços. É uma visão mecânica e primitiva do fluxo circular. Todo ato de venda da produção é automaticamente um ato de compra desta mesma produção, e não existe a possibilidade lógica de insuficiência de demanda na economia. Este resultado é alcançado a partir do pressuposto de que as trocas econômicas seguem um arranjo do tipo escambo, em que bens e serviços são trocados por outros bens e serviços sem a necessidade do uso do dinheiro, bancos ou crédito. Quando as vendas e as compras podem acontecer em períodos distintos em função da existência do dinheiro como meio de troca, a visão de Say se mostra inválida. A renda monetária gerada pela produção pode não ser gasta imediatamente. Se há poupança, então as compras são menores que as vendas, pois mesmo que a poupança se transforme em investimento pela queda na taxa de juros, o processo de investimento leva tempo para se materializar. Ainda, a produção corrente depende dos investimentos (demanda) feitos no passado, que respondem a expectativas de vendas que podem não ser validadas pelos consumidores no período recente, porque eles poupam em vez de consumir.

3. DETERMINAÇÃO DA RENDA E EMPREGO

A contabilidade social mensura os valores monetários e reais de um conjunto de atividades econômicas. Contudo, ela apenas registra contabilmente estes valores após as transações terem ocorrido. Pelo fluxo circular, não importa o ponto de partida, o ponto de chegada tem de ser sempre o mesmo, por uma necessidade de consistência contábil. As contas nacionais não explicam as razões que orientam estas transações, isto é, a complexa cadeia de decisões, ações e reações que fizeram com que os valores fossem aqueles e não outros. Por exemplo, por que o PIB no Brasil em 2019 foi de R\$ 7,4 trilhões e não de R\$ 8,1 trilhões? A contabilidade social permite chegar um valor muito preciso do PIB para um determinado período, decompondo-o em termos de seus componentes da produção, da renda e da despesa. Mas não permite explicar como se chegou àquele valor a partir das consequências produzidas pelo comportamento econômico. Para explicar este conjunto de causas e efeitos que levam a um determinado valor do PIB, é preciso considerar os fatores que condicionam o comportamento agregado da economia a partir das múltiplas interações econômicas que ocorrem continuamente, sejam as decisões de produção das empresas, o dispêndio dos diferentes setores institucionais, e a renda recebida por capitalistas, trabalhadores ou rentistas. Busca-se, assim, responder à questão: Quais os mecanismos por trás da geração de valor econômico? Em particular, como a renda (PIB) e o nível de emprego são determinados?

Na macroeconomia existe uma diferença no tratamento da determinação da renda. Alguns economistas diferenciam a determinação da renda no curto prazo da determinação da renda no longo prazo. Em geral, acredita-se que no curto prazo a renda é determinada pela demanda. De qualquer forma, a determinação da renda é um processo que se desenrola continuamente no tempo. Por isso a contabilidade mensura a atividade macroeconômica a partir de períodos padronizados. Várias transações econômicas acontecem simultaneamente e também em sequência. Toda venda gera uma receita ou renda, que por sua vez pode ser gasta ou poupada. Toda despesa representa um uso de renda presente ou futura (caso seja financiada por

dívida). Portanto, as despesas geram simultaneamente renda para quem vende. Mas a partir do momento em que a renda é gerada no processo de produção e circulação, ela proporciona uma nova rodada de gastos na sequência. A partir do momento em que a despesa é feita pelas empresas, pelas famílias, pelo governo ou pelo setor externo, as empresas domésticas respondem por meio da produção ou de novas despesas de investimento, gerando nova renda e novas despesas desta renda. O processo parece não ter início ou fim, tal qual o fluxo circular. Assim, é preciso diferenciar as despesas induzidas e as despesas autônomas, isto é, que não dependem da renda corrente gerada com a produção, mas de renda acumulada na forma de riqueza ou de rendimentos esperados no futuro (expectativas), que podem ser antecipadas na forma de empréstimos bancários ou outra forma de financiamento.

O ponto de partida para a determinação da renda é a decisão de injetar gasto novo autônomo no fluxo circular. É importante enfatizar que este gasto não depende da renda corrente e que ele pode ser feito a partir da transformação de parte da riqueza existente em ativos líquidos, isto é, dinheiro. Ou a partir de empréstimos bancários ou crédito¹⁶. Neste caso, a expectativa é que o gasto produzirá renda suficiente no futuro para pagar os empréstimos. As expectativas sobre o futuro são aqui fundamentais. Depois de efetuada a despesa autônoma, retoma-se a sequência gasto, produção nova, nova renda, novos gastos induzidos pela nova renda e assim por diante.

Da discussão anterior fica claro que o ponto de partida para se determinar o ponto de chegada, ou PIB, é uma despesa autônoma qualquer. A partir da operação do efeito multiplicador, uma despesa autônoma gera novas rodadas de produção, renda e despesa induzida. Portanto, a renda é determinada pelo gasto inicial e pelas rodadas de gastos induzidos pela geração de renda associada à produção para atender a cada aumento nos gastos, sendo que o multiplicador nada mais

¹⁶ O crédito não precisa da existência de fundos prévios, ou um estoque financeiro advindo de decisões passadas de poupança, como implicado na figura 1. Os bancos têm o poder de criar dinheiro, isto é, depósitos à vista que podem ser utilizados para pagamentos, a partir de escriturações contábeis. A palavra crédito vem do Latim *credere*, ou acreditar, confiar. Os bancos fazem empréstimos com base na confiança na capacidade de pagamento do tomador, e se esta confiança existir, criam poder de compra novo se necessário, simplesmente debitando e creditando contas em seu balanço.

é que o resumo destas rodadas¹⁷. Esta despesa autônoma pode assumir a forma de gastos de consumo, públicos ou privados, gastos de investimento, públicos ou privados, e gastos do resto do mundo. Estes últimos são a forma mais autônoma de gastos, pois são determinados em grande parte por decisões de agentes de fora do país. Portanto, apesar da equivalência contábil, os fluxos de produção, renda e despesa não são equivalentes do ponto de vista da dinâmica macroeconômica. Eles são hierarquizados em termos de sua autonomia e capacidade de ampliar os fluxos econômicos.

Para entender o porquê desta diferenciação entre as óticas do fluxo circular, isto é, para dar uma resposta à questão de se seria o gasto o único ponto de partida para determinar a renda e a produção, considere-se o seguinte. Pode-se iniciar o circuito com uma decisão autônoma de produzir? Neste caso a produção deveria ser independente das decisões de gasto e da renda sendo simultaneamente gerada. Mas em uma economia capitalista, toda produção feita pelas empresas é uma produção para venda (com lucro). Não existe produção por produção, pelo ato de criar algo, pela sensação de ser produtivo, pelo desejo de mobilizar trabalho, capital, recursos naturais e tecnologia pela mobilização em si. As empresas produzem com o objetivo de lucrar com a produção. Mas o lucro só acontece se a produção for vendida a um preço superior ao custo. As vendas são necessárias para o lucro das empresas. Nenhuma empresa inicia a produção sem considerar a capacidade de vendê-la. Isso só seria possível no mundo alternativo da Lei de Say, no qual as vendas são determinadas automaticamente pela renda e pela produção. Tudo o que é produzido é vendido. As empresas trabalham com expectativas, e mesmo as mais otimistas são sobre o ritmo de vendas, isto é, despesas de clientes. Portanto, a produção é dependente dos gastos¹⁸.

Seria então possível começar o circuito por um pagamento autônomo de renda monetária, isto é, independente da produção e do gasto correntes? Esse paga-

¹⁷ Uma parte dos gastos pode se refletir em queda nos estoques acumulados em períodos anteriores. Portanto, é possível gerar renda sem produção corrente. Mas há um limite para este efeito, dado pela gestão estratégica de estoques pelas empresas.

¹⁸ Isso vale para a maior parte da produção. Não se considera a produção de serviços por voluntários, a atuação de instituições sem fins lucrativos que prestam serviços para famílias, a própria produção para auto-consumo, a produção de serviços individuais etc. Toda esta produção é pré-capitalista em sua essência.

mento representaria uma antecipação, pois não haveria produção corrente, e seria preciso desacumular ativos existentes para efetuar a, o que significa vender ativos e portanto um tipo específico de gasto pelos compradores. Mas porque em uma economia capitalista as empresas pagariam salários aos trabalhadores, juros aos bancos ou credores, dividendos aos acionistas, aluguéis aos proprietários sem iniciar a produção ou sem vender uma produção anterior? O pagamento de remuneração está vinculado a uma contrapartida, sendo em geral feita após iniciada a execução do serviço contratado. Se é feita antes, ela exige que se tenha expectativa de que o serviço será executado e o que o produto do mesmo será vendido para recuperar a despesa antecipada. Há portanto dois graus de incerteza: cumprimento do contrato implícito de prestação do serviço e capacidade de vender o produto do serviço realizado com lucro. Na verdade o sistema financeiro, por trabalhar com a transformação de vencimento das operações de ativos e passivos, e logo com antecipações e, menos comum, prorrogações, pode reduzir o segundo tipo de incerteza. Mas as empresas não podem antecipar despesas sem expectativa de receita como prática regular, isto é, esta prática seria esporádica, incapaz de proporcionar fluxos suficientemente impulsionadores da circulação ampliada da produção. E ela está de qualquer forma vinculada a uma despesa, ainda que despesa futura. Assim, a decisão de produzir vincula e subordina os pagamentos a serem feitos. E como a produção depende das vendas (gastos), a geração de renda também é consequência, e não causa, da despesa. Portanto, a despesa autônoma tem primazia na capacidade de iniciar os fluxos que movem a economia.

Com relação à determinação do emprego, ele ocorre simultaneamente à produção. Os planos de produção como resposta à expectativa de vendas só podem se concretizar pela mobilização efetiva do trabalho, do capital, dos recursos naturais, dos bens intermediários e da tecnologia. Keynes (1983) mostrou que esta produção poderia não empregar toda a força de trabalho disponível, pois a produção depende da expectativa de venda da produção feita com base no trabalho empregado. Se as expectativas são pessimistas, as empresas seguram o dinheiro e não contratam e não compram insumos dos fornecedores, mantendo possivelmente parte da capacidade instalada ociosa. Portanto, o nível de emprego assim determinado será compatível com desemprego de parte da força de trabalho. Como então aumentar o nível de

emprego ou mesmo alcançar o pleno emprego, isto é, a situação em todos os trabalhadores disponíveis para o trabalho ao nível salarial existente conseguem emprego?

A resposta à primeira questão é relativamente simples. Para aumentar o nível de emprego, é preciso aumentar o nível de produção, desde que não haja mudanças na produtividade (já que uma maior produtividade permite aumentar a produção sem uma variação proporcional no nível de emprego). E para aumentar o nível de produção, assumindo que não há outros gargalos produtivos como disponibilidade de insumos e infraestrutura, é preciso modificar as expectativas de vendas. As expectativas de vendas dependem da evolução dos gastos. Portanto, o nível de emprego, para uma dada estrutura produtiva, também depende das despesas agregadas. A resposta à segunda questão é mais difícil. Keynes considerava que o pleno emprego é um nível difícil de alcançar e, uma vez atingido, é improvável que a economia permaneça neste ponto. As razões incluem por um lado a inércia do desemprego, com a economia podendo permanecer abaixo do pleno emprego por longos períodos, sem tendência de se mover nesta direção. Seria apenas por coincidência que a economia alcançaria este nível. E por outro a instabilidade crônica do capitalismo, com a despesa de investimento sendo volátil e com o multiplicador ampliando as variações nestas despesas, fazendo o desemprego variar com a produção e com as despesas.

É importante aqui diferenciar entre variações no nível de emprego e variações na composição do emprego. O emprego potencial é dado pelo tamanho da força de trabalho, que se divide entre empregados e desempregados¹⁹. A resposta da produção às despesas pode ser feita utilizando a força de trabalho existente, aumentando as horas extras. A partir de determinado ponto, mantendo a expansão das vendas, haveria necessidade de novas contratações. Se o desemprego fosse muito baixo, seria difícil atrair novos trabalhadores sem aumentos consideráveis dos salários e necessidade de praticar preços mais altos. O pleno emprego aumenta o poder de

¹⁹ A taxa de desemprego é calculada como a proporção de desempregados na força de trabalho. No caso do capital, a utilização parcial da capacidade produtiva instalada ou ociosidade é medida como a diferença entre a produção possível quando toda a capacidade instalada é utilizada e a produção corrente. Assim, o nível de utilização da capacidade instalada também depende do nível de emprego, de produção e de vendas.

barganha dos trabalhadores, sendo esta outra razão para a dificuldade de se manter esta situação por muito tempo.

Quando um setor expande sua produção atraindo força de trabalho empregada em outros setores (a partir de melhores propostas salariais, mudança de funções, ou condições de trabalho), não há efeitos sobre o nível de emprego, apenas sua composição em termos de unidades produtivas ou de setores. Se houver desemprego elevado, estas novas contratações podem ser feitas a partir da força de trabalho desempregada, assumindo que a mesma está apta a desenvolver as funções demandadas. Se não houver demissões compensatórias em outras empresas e setores com menor dinamismo, o desemprego é reduzido. Como a força de trabalho tende a crescer, mesmo com aposentadorias, as despesas precisam ser tais que estimulem a contratação contínua pelas empresas existentes ou por novas empresas. O emprego é determinado portanto pelo comportamento presente e esperado das vendas, isto é, das despesas agregadas.

Para finalizar, é importante notar que os níveis de renda e emprego determinados conforme a discussão anterior podem variar. Ou seja, a renda e o emprego não estão sempre em processo de expansão. Quando a despesa agregada é reduzida, o nível de renda e emprego caem em decorrência, e proporcionalmente mais se considerado o multiplicador. Neste caso, a economia experimenta alternância entre períodos de expansão da renda e do emprego e períodos de declínio destas variáveis. Embora possa parecer que apenas o segundo tipo de flutuação é indesejável, o primeiro também pode apresentar problemas. Para entendê-los, e avaliar como se pode responder a estes desafios, é preciso introduzir o conceito de ciclo econômico e as políticas de estabilização, objetos da próxima seção.

4. CICLOS E POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO

A Grande Depressão mencionada na primeira seção foi assim chamada para diferenciá-la de outros momentos de crise econômica, dada sua gravidade. As crises econômicas são recorrentes nas economias capitalistas, mas nem todas alcançam a severidade de uma depressão. Elas são então definidas em termos da duração e da magnitude da queda na atividade econômica ou da renda real (ajustada pela inflação para poder observá-la). As depressões são recessões longas (perdurando por muitos anos) e profundas (com forte queda nos indicadores econômicos como renda e emprego). A recorrência das crises levou os estudiosos da economia a considerá-las fenômenos cíclicos, embora irregulares em sua frequência e na amplitude das 'ondas' ou flutuações.

Ou seja, o nível de atividade econômica evolui ao longo do tempo por meio de movimentos repetitivos: a fase de prosperidade sempre termina, após alcançar um auge ou pico. A próxima fase é de desaceleração. A economia entra em recessão após o contínuo declínio frente ao ponto de pico, ficando abaixo da trajetória recente de expansão. Contudo, a recessão atinge um vale ou ponto mínimo, para então iniciar uma fase de recuperação. Quando a trajetória recente de expansão é superada no momento de recuperação, a economia entra novamente em uma fase de prosperidade. Assim, um ciclo típico apresenta as fases de prosperidade, desaceleração, recessão e recuperação ou retomada, com dois pontos de inflexão: o pico ou auge cíclico ao fim da fase de prosperidade e o fundo do poço ao fim da recessão. A sequência das fases é sempre a mesma, não importa por qual fase se começa a observação do ciclo.

O ciclo se dá ao redor de uma trajetória de expansão do PIB real, que reflete o crescimento econômico, discutido na próxima seção. Para entender a existência das crises, todavia, é preciso entender o conceito de crescimento econômico, pois as primeiras representam a interrupção do segundo. As economias capitalistas são caracterizadas pelo crescimento cíclico, e não por um crescimento contínuo, estável e regular. O crescimento remete a uma discussão do ritmo de expansão, medido por

uma taxa, geralmente considerando também a expansão populacional por meio do conceito de PIB per capita ou por habitante. O ciclo econômico trata das oscilações no nível do PIB, medido em termos monetários constantes, isto é, ajustado pela inflação. Portanto, é importante diferenciar entre o nível de uma variável em um dado período e a taxa de mudança desta variável para períodos mais longos.

O ciclo econômico pode ser entendido a partir da seguinte questão: por que o nível do PIB se distancia, em termos absolutos, da sua trajetória recente? Por que a economia oscila e não consegue manter uma trajetória de expansão constante, apresentando períodos de crise? A resposta vem da discussão anterior sobre a determinação da renda e do emprego. O nível de renda (PIB) e de emprego oscilam porque as economias capitalistas são instáveis. E esta instabilidade está associada às flutuações nas despesas agregadas, principalmente de investimento, magnificadas pelo efeito multiplicador. E as despesas flutuam em função de incertezas com relação ao futuro, à volatilidade das expectativas, ao humor do empresariado, por vezes otimista, às vezes pessimista, ao comportamento dos bancos e instituições financeiras com relação aos fluxos de crédito (que refletem as características empresariais listadas). Outros fatores também podem influenciar os níveis de atividade econômica no curto prazo, como guerras, crises políticas, greves, locautes, catástrofes naturais, gargalos na infraestrutura, distúrbios ao longo das cadeias produtivas etc. O objetivo das políticas macroeconômicas de estabilização é justamente minimizar os efeitos do ciclo econômico. Estabilizar significa interromper ou enfraquecer a instabilidade. Se o ciclo representa instabilidade, a estabilidade se torna um desiderato social, buscado por mecanismos políticos (por isso política macroeconômica) que não estão sujeitos aos efeitos do próprio ciclo.

O ciclo econômico pode ser descrito da seguinte forma em termos dos seus efeitos e das medidas políticas necessárias para mitigá-los. Como mencionado na seção anterior, os fluxos monetários associados à despesa agregada podem não ser suficientes para garantir que o PIB alcance o valor máximo possível e que logo o nível de emprego esteja no máximo que se pode atingir (pleno emprego). Considerando o diagrama do fluxo circular da renda, isto é, em uma economia fechada e sem governo, os gastos de consumo e principalmente de investimento podem não garantir que o PIB seja de pleno emprego. Mesmo a inclusão do setor externo, com

a despesa externa pelas exportações aumentando os fluxos de produção e renda e o valor das importações muitas vezes concorrendo com o valor da produção interna para satisfazer a despesa interna, pode ser insuficiente. Estando a economia abaixo do seu nível considerado normal ou tendencial, a diferença entre os níveis de produto ou renda efetivo e tendencial representa desemprego e estagnação ou recessão do ponto de vista do ciclo econômico (a não ser que a norma ou tendência seja de estagnação de longo prazo, fazendo com que o pleno emprego seja desta forma o melhor parâmetro). A existência desta diferença representa a existência dos ciclos econômicos, sendo a forma como eles se manifestam. Assim, para atenuar ou eliminar a insuficiência de demanda, é preciso considerar uma injeção (entrada) líquida de despesa no fluxo circular para expandir o nível de renda e emprego no sentido do pleno emprego.

Da mesma forma, os fluxos de despesa agregada interna e externa podem estar acima do que seria institucionalmente necessário em uma economia capitalista para expandir a atividade econômica sem aumentar o poder de barganha dos trabalhadores em função do baixo nível de desemprego, e criar pressões de custos que são repassados aos preços e geram inflação. Isto é, durante uma fase de expansão acelerada, característica da prosperidade, a economia pode crescer acima da trajetória recente, e o reduzido desemprego pode proporcionar ganhos salariais que são repassados aos preços para manter as margens de lucro das empresas, gerando inflação. Isto pode parecer sem sentido, pois o crescimento da produção, o elevado nível de emprego, o crescimento dos salários (renda do trabalho) poderia parecer desejável. Afinal, esta seria a forma como a prosperidade se manifestaria no padrão de vida dos trabalhadores. Mas esta prosperidade gera efeitos indesejáveis na forma de inflação e deve ser revertida, não por uma questão moral, mas por uma questão de interesses econômicos institucionalizados. Assim, estando a economia acima do seu nível institucional máximo, a diferença entre este nível e o nível efetivo ou corrente representa risco de inflação ou inflação de fato, que é a manifestação de um dos efeitos da fase de prosperidade ou boom do ciclo econômico. Ou seja, esta conjuntura é paradoxalmente alcançada durante a fase de prosperidade, sugerindo que este estágio não pode ser duradouro, pelo menos não para os trabalhadores. Neste caso seria preciso um vazamento (saída ou retirada) líquido do excesso de

despesa do fluxo circular para tentar aproximá-la dos níveis institucionalmente aceitáveis de expansão.

Portanto, as economias capitalistas estão continuamente oscilando ciclicamente entre situações de desemprego (recessão) ou risco de inflação (prosperidade), refletidas em oscilações nos níveis do PIB em comparação com sua tendência recente ou com um parâmetro mais apropriado, como o pleno emprego²⁰. Essa é a natureza intrinsecamente instável destas economias. Se as injeções e os vazamentos forem efetivos em redirecionar a despesa, modificando os fluxos e suavizando a trajetória da produção, da renda e do emprego, então os efeitos da instabilidade macroeconômica sobre a inflação e o emprego são minimizados ou até possivelmente eliminados. O objetivo da política macroeconômica é justamente ajustar estes fluxos e proporcionar uma trajetória de crescimento com menos oscilações. Portanto, um fluxo circular de renda completo deve incluir o setor externo e principalmente o setor público, pois este administra a política macroeconômica que influencia diretamente os fluxos (e os estoques).

Considerando primeiramente a injeção líquida, ela pode diminuir a diferença entre o nível atual de renda, reduzido, e o nível de renda associado ao pleno emprego, sendo conduzida de duas formas. Ela pode ser executada de forma indireta por meio da política monetária operacionalizada pelo Banco Central ou Autoridade Monetária. A política monetária consiste em modificar uma taxa de juros de curto prazo para que as despesas financiadas por crédito respondam a esta mudança na direção pretendida pelo Banco Central (Blanchard, 2018). No caso da injeção líquida, o Banco Central reduz a taxa de juros²¹. Com o menor custo do crédito, famílias

²⁰ Aqui se considera apenas o problema de instabilidade na despesa agregada. Pode ocorrer também restrições no fluxo circular a partir de instabilidade na produção e na renda, por diversas razões já apontadas. Instabilidade na disponibilidade de insumos importantes, como o petróleo ou outras fontes energéticas. Reduzida capacidade de inovação tecnológica por parte dos empresários. Guerras ou crises políticas, intervenções militares, greves trabalhistas, lockouts, suscetibilidade a desastres naturais, pandemias etc. Neste caso, seria possível que o desemprego e a inflação se manifestassem simultaneamente, causando a chamada estagflação.

²¹ No Brasil a política monetária segue o chamado Regime de Metas de Inflação desde 1999. Neste caso, o Banco Central modifica as taxas de juros com base nas expectativas inflacionárias principalmente das instituições financeiras. Assume-se que a inflação decorre não apenas de um excesso de despesa sobre capacidade produtiva em atendê-la, mas a diversas fontes de instabilidade, inclusive flutuações abruptas na produção (safra agrícola ou preços do petróleo, por exemplo), passando pela taxa de câmbio e a situação fiscal dos governos (identificada como uma fonte importante de gasto no fluxo circular).

podem financiar mais bens de consumo e as empresas podem obter capital de giro para ampliar a produção ou mesmo iniciar projetos de ampliação da capacidade produtiva instalada. Caso a queda na taxa de juros provoque uma saída de capitais de curto prazo do país, a taxa de câmbio pode subir, aumentando as receitas dos exportadores em moeda doméstica, o que pode induzir um aumento na produção para exportação.

O Banco Central pode também proporcionar estímulos à expansão do volume de crédito disponibilizado pelos bancos, reduzindo o recolhimento compulsório, isto é, o volume de recursos que as instituições financeiras mantêm temporariamente indisponível para empréstimos ou outras operações ativas. Ainda, a injeção indireta por ser induzida pela política monetária ao induzir uma transformação de ativos financeiros pouco líquidos em ativos líquidos disponíveis para gastos. Na medida em que a taxa de juros que remunera parte dos ativos varia com a taxa de juros almejada pelo Banco Central, estes ativos podem se tornar pouco atrativos, sendo então vendidos e o dinheiro pode ser injetado de volta no fluxo, como investimento ou consumo. A injeção líquida também pode ser feita de forma indireta via tributos, que constituem uma parte da política fiscal operacionalizada pelo Tesouro Nacional (Blanchard, 2018). Neste caso o governo reduz os impostos, proporcionando maior disponibilidade de renda privada para o fluxo de despesas.

Por fim, a injeção líquida também pode ser implementada de forma direta, novamente pela outra parte da política fiscal, os gastos do governo com consumo e/ou investimento. Por exemplo, foi a política fiscal expansionista proporcionada pelos gastos militares de II Guerra Mundial que contribuíram para superar a Grande Depressão. As injeções líquidas de natureza fiscal sempre aumentam o déficit orçamentário²². Por outro lado, a política fiscal também pode incidir diretamente sobre os fluxos de produção sem passar diretamente pelas despesas, por meio de subsídios, isenções etc.

²² O déficit orçamentário é a diferença entre receitas e despesas orçadas. A apresentação ENAP (2017) mostra os detalhes sobre a formulação do orçamento público no Brasil. Silva e Freitas Filho (2015) mostram as dificuldades associadas à programação e execução orçamentária na área da cultura, enfatizando algumas políticas como a Cultura Viva e o Vale Cultura. Os autores afirmam que (p. 28) "O conhecimento do orçamento e de seus processos é fundamental para a compreensão da atuação estatal." Silva (2017) apresenta os modelos de financiamento da cultura no Brasil, permitindo avaliar o papel da política fiscal no âmbito mais específico da cultura.

Com relação aos vazamentos líquidos necessários para reduzir o nível atual da renda, considerado elevado pelas restrições institucionais frente os níveis associados ao pleno emprego, eles também podem se dar de forma indireta, pela elevação da taxa de juros de curto prazo pelo Banco Central, encarecendo o crédito e desestimulando novos fluxos de despesa financiada, estimulando a aquisição de ativos financeiros que ficaram mais atrativos pela maior remuneração, isto é, de maior poupança, ou pela apreciação da moeda doméstica, estimulando as importações e desestimulando as exportações. Com relação à política fiscal, a redução indireta dos fluxos de despesas se daria pelo aumento dos impostos, reduzindo a renda privada disponível. E a redução direta se daria por cortes nas despesas do governo com consumo e investimento. Estas políticas fiscais tendem a diminuir os déficits orçamentários chamados de primários, já que a elevação das taxas de juros pelo Banco Central pode aumentar as despesas financeiras do Tesouro, elevando o chamado déficit operacional. Tanto as injeções como os vazamentos líquidos devem ser planejados tendo em mente um efeito multiplicador, de forma que a variação desejada na renda seja igual à variação no fluxo multiplicada por aquele.

É importante enfatizar o emprego do adjetivo 'líquido' na discussão anterior. Embora tenham sido considerados de forma isolada, os instrumentos de política macroeconômica podem ser implementados de forma simultânea e nem sempre de forma coordenada para evitar efeitos contraditórios. Por exemplo, o Banco Central pode aumentar a taxa de juros quando a economia está desacelerada ou estagnada com receio de um aumento na inflação em função de problemas nas contas externas. O governo pode estar aumentando seus gastos para estimular a atividade econômica deprimida e aumentando um pouco os impostos para não aumentar demais o déficit orçamentário e logo sua dívida. O resultado final de todos estes movimentos é incerto, podendo representar uma injeção líquida pequena ou mesmo um grande vazamento líquido de despesas do fluxo circular, afetando produção e preços de formas contrárias.

As políticas discutidas anteriormente são chamadas de políticas macroeconômicas expansionistas quando objetivam expandir o fluxo de despesa (injeção) e logo a produção e a renda. As políticas que procuram aumentar os vazamentos são denominadas políticas contractionistas, pois o objetivo é contrair o fluxo de despesas

e logo a produção e a renda. Como a instabilidade macroeconômica se observa a partir de movimentos de expansão e contração no nível do PIB, as políticas fiscal e monetária devem ser idealmente anticíclicas ou contracíclicas, ou seja, que atuam no sentido contrário do movimento cíclico da economia, para fins de estabilização. O objetivo é proporcionar uma trajetória de expansão mais estável, sem inflação e sem períodos de alto desemprego. Contudo, muitas vezes as políticas, por incompetência, má-fé ou ideologia, são pró-cíclicas, ou descoordenadas, reforçando a instabilidade, principalmente durante períodos recessivos.

Como o ciclo se define em termos de um parâmetro fixo para o nível de renda real, é preciso considerar qual seria o melhor parâmetro. Na discussão acima se sugeriu o nível de renda associado ao pleno emprego. Mas também se fez referência à trajetória recente de crescimento econômico, sem defini-la. Esse é o assunto da próxima seção.

5. CRESCIMENTO ECONÔMICO

Enquanto o ciclo econômico é considerado um fenômeno de curto prazo, entre um e dois anos, principalmente o período de desaceleração e contração da atividade econômica e o aumento do desemprego causado por esta queda na atividade, ou por uma recessão, o crescimento é uma característica observável em períodos mais longos. Para que haja crescimento, a fase de prosperidade precisa durar mais e de forma mais intensa que a fase recessiva em média, de forma que a produção cumulativa está em expansão contínua. Assim, se o intervalo de tempo considerado para um país qualquer for longo o suficiente, a produção per capita no período final será maior que no período inicial, caso o país não esteja enfrentando alguma catástrofe ambiental, conflitos civis, guerra prolongada ou estagnação secular, isto é, uma incapacidade crônica de expandir a produção per capita.

Uma outra preocupação importante da macroeconomia no que se refere ao crescimento é o ritmo desta expansão da produção no longo prazo (acima de dez anos)²³. A ênfase no ritmo de crescimento é relevante, por outro lado, pois proporciona uma avaliação do dinamismo econômico. Uma trajetória de maior crescimento é preferível a uma trajetória de menor crescimento²⁴. Outras abordagens macroeconômicas consideram a trajetória ou tendência como um indicador do nível normal

²³ A diferenciação entre curto e longo prazo é arbitrária na teoria econômica. Como já mencionado, a Grande Depressão do século XX durou mais de 10 anos, um período longo o suficiente para caracterizar o longo prazo, mas sem expansão sustentada da produção. Muitas vezes os economistas utilizam um conceito de tempo lógico (prazo determinado por determinadas configurações econômicas, sendo que não há unidade de medida do tempo neste caso, como dias, semanas, meses ou anos), e não cronológico (segundo o calendário Gregoriano ou solar). Neste caso, o curto prazo lógico (ao se assumir, por exemplo, que é o período de tempo em que a capacidade produtiva da economia não muda) pode ser tão curto quanto um dia no prazo cronológico, pois a indústria de bens de capital, cuja produção se volta para a ampliação da capacidade produtiva da economia, pode não ter intervalos discretos e curtos de tempo sem novas ordens ou pedidos, como uma semana ou mesmo um dia.

²⁴ Atualmente o crescimento rápido deve ser avaliado também do ponto de vista dos impactos ambientais, dado que um ritmo de expansão mais acelerado implica maior consumo de recursos naturais, incluindo recursos não-renováveis, e um maior volume de emissão de poluentes e dejetos. Mesmo que as diferentes tecnologias de produção tenham se tornado mais eficientes do ponto de vista do consumo de recursos e emissão de dejetos, os impactos negativos sobre o meio ambiente são preocupantes, proporcionando mudanças climáticas com implicações significativas sobre as economias.

de expansão da produção, ou seja, aquele que a economia pode alcançar sem gerar inflação e sem manter um nível de ociosidade não planejado²⁵.

A medida desta expansão da produção é a taxa de crescimento (Blanchard, 2018). Como esta última varia ao longo do tempo, de forma cíclica e com flutuações bem pronunciadas marcando períodos de rápido crescimento ou crescimento lento, considera-se a média. Isso cria um problema para definir o período recente para o qual a trajetória, que nada mais é que esta taxa média, deve ser calculada. Isto porque o período considerado para calcular a média, que deve ser sempre explicitado, define a trajetória de longo prazo. Porém, como há vários recortes temporais possíveis para se calcular esta trajetória, desde milênios, séculos até décadas ou apenas anos, dependendo da disponibilidade de dados, sem um critério bem definido na literatura, é preciso adotar um (Blanchard, 2018). Assume-se aqui como trajetória recente aquela que perpassa pelo menos dois ciclos econômicos completos. Isso proporciona um intervalo entre 10 e 14 anos. Caso haja algum ano atípico ele tende a ter seu impacto sobre a média diluído. Mas se houver intervalos maiores de muita turbulência, a trajetória recente poderá ser de crise e estagnação, não de crescimento. Neste caso é preciso utilizar períodos mais longos. Para períodos muito longos, porém, a economia pode sofrer transformações estruturais significativas, e a taxa média de crescimento pode refletir duas trajetórias distintas (antes e depois da mudança estrutural), não sendo a média representativa nem de um nem do outro período. Mesmo uma média móvel não resolveria o problema.

O crescimento econômico é um fenômeno complexo, pois depende da mobilização de uma ampla constelação de recursos econômicos, de natureza quantitativa e qualitativa, como a disponibilidade de trabalhadores, a qualificação profissional dos mesmos, o ritmo de produção de máquinas, equipamentos, e instalações, assim como a sofisticação das mesmas, a acessibilidade técnica e econômica a recursos naturais e energéticos, infraestrutura de transportes e comunicação, o progresso científico e tecnológico, o conhecimento, a educação, os avanços médicos, a organização empresarial e a estrutura das cadeias produtivas, a qualidade dos executivos

²⁵ Algumas empresas mantêm capacidade ociosa para se proteger de possíveis novos concorrentes ou para responder de forma rápida a aumentos imprevistos nas vendas.

(que se reflete na qualidade das instituições de ensino superior) e dos proprietários, disponibilidade, prazo e custo dos financiamentos, refletidos na estrutura do sistema financeiro, inovações de diversos tipos, pesquisa e desenvolvimento, criatividade, cultura²⁶, hábitos mentais, regras, normas, leis, políticas econômicas, qualidade da burocracia, relações diplomáticas, modo de inserção na economia mundial, entre várias outras. Portanto, há muitos elementos quantitativos e qualitativos que condicionam a capacidade de crescimento de um país. Neste sentido mais amplo aqui empregado muitas vezes o crescimento se confunde com o próprio desenvolvimento econômico. Quando a dimensão quantitativa é enfatizada, apenas o crescimento é considerado.

Como os elementos qualitativos são por definição difíceis de se mensurar, exigindo estimativas feitas muitas vezes a partir de pressupostos nem sempre razoáveis, a discussão sobre o crescimento econômico enfatiza os elementos quantitativos e mensuráveis, em particular a disponibilidade de trabalho e trabalho qualificado, capital, recursos naturais e as diferentes formas de combiná-los, isto é, a tecnologia. Contudo, os fatores qualitativos por trás do crescimento econômico acabam se refletindo em uma característica quantitativa importante: a produtividade. Esta medida de desempenho é a produção por unidade empregada na sua realização. Assim, a produtividade do trabalho é a produção por pessoa empregada ou produção por tempo de trabalho dispendido na produção.

Importa notar que uma parte relevante dos determinantes mais dinâmicos para o crescimento está associada às despesas de investimento (acumulação de capital e o conseqüente progresso tecnológico, a introdução de inovações, as inversões em P&D etc.) (Blanchard, 2018). Se por um lado no curto prazo o investimento é despesa, no longo prazo ele se transforma em capacidade produtiva, muitas vezes afetando a própria qualidade do crescimento (ambientalmente sustentável por exemplo). Por isso é considerada a despesa macroeconômica mais importante. Portanto, uma política monetária expansionista que estimula o investimento não é apenas uma política de estabilização dos níveis de renda e emprego ao longo de um ciclo, isto é,

²⁶ A literatura aponta a economia cultural e criativa como um vetor que pode contribuir para o crescimento ao facilitar a adoção e a difusão de inovações na economia (ver por exemplo o Proyecto Sostenuto, s. d.).

de expansão de curto prazo, mas uma política de promoção do crescimento, dado o prazo de imobilização do capital e a sua natureza praticamente irreversível.

Por outro lado, o próprio progresso tecnológico incorporado na acumulação de capital acaba por se refletir em demanda por trabalho qualificado. A base de conhecimento necessária para operar níveis mais sofisticados de equipamentos e máquinas se modifica no processo. E a qualidade e qualificação dos trabalhadores em termos destas capacitações depende da disponibilidade e qualidade das instituições educacionais e de treinamento profissional, como universidades, faculdades, institutos e escolas técnicas. Mas estas instituições requerem investimento não apenas em instalações para ensino, como também em laboratórios, centros de pesquisa, acervos bibliográficos etc. Existe uma forte complementariedade aqui, já que o investimento também requer trabalho qualificado para qualificar a força de trabalho. Ainda, parte desta qualidade educacional depende da própria política fiscal, principalmente dos gastos do governo em educação, tanto consumo (gastos com pessoal) como investimento (instalações e bens de capital). A questão da quantidade de trabalhadores é menos complicada e depende da dinâmica demográfica. Para avaliar como o crescimento afeta o bem-estar da população em termos de maior disponibilidade de bens e serviços, essenciais e não essenciais, é preciso considerar também o crescimento populacional. A situação desejável é uma em que a economia cresce mais rápido que a população, proporcionando elevações na renda per capita. Mas o crescimento populacional é fundamental tanto para a produção como para as despesas, pois uma população maior representa um mercado consumidor potencialmente maior.

Portanto, em grande medida os fatores que afetam a capacidade de crescimento de uma economia são os mesmos que compõem a evolução da conjuntura de curto prazo, estando a diferença na intensidade com que estes elementos são necessários. O longo prazo se torna assim uma sequência de curtos prazos articulados, sendo que a natureza de uma flutuação acaba influenciando a natureza do próximo ciclo, tornando a trajetória futura dependente da trajetória passada. Do ponto de vista cronológico, a economia está sempre no curto prazo e no longo prazo histórico. Neste sentido, a trajetória recente de crescimento ou tendência é apenas uma estimativa imposta aos dados para tentar visualizar o que aconteceria se não houvesse ciclos. A

tendência é o ciclo suavizado por métodos estatísticos. Mas a tendência e o ciclo se confundem, pois o ciclo evolui na direção de expansão, que pode ser maior ou menor dependendo da combinação de todos os fatores mencionados acima. Ou seja, as economias capitalistas tendem intrinsecamente a crescer, umas mais outras menos, mas esse crescimento é irregular, não contínuo, em resumo, cíclico.

6. IMPACTOS MACROECONÔMICOS: OS EFEITOS ECONÔMICOS DA ATIVIDADE CULTURAL E CRIATIVA EM TERMOS DOS IMPACTOS SOBRE A GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO

A discussão efetuada acima pode auxiliar no entendimento da contribuição das atividades culturais e criativas para a atividade econômica. Uma questão que vem sendo perseguida pelos pesquisadores no Brasil e no exterior é a participação da economia cultural e criativa no PIB. Embora o Brasil tenha avançado, pelo menos até certa conjuntura histórica, no sentido de proporcionar dados e informações estatísticas sobre a economia da cultura (ver por exemplo o documento Ministério da Cultura, 2010), estas estão mais bem desenvolvidas nos países e regiões avançadas, como EUA e Europa. Como ilustração, em 2015 o setor artístico e cultural contribuiu com 4,2% do PIB dos EUA (ou se apropriou de 4,2% da renda naquele país, ou ainda as despesas com as artes e a cultura representaram 4,2% da despesa total), mais do que os setores da construção civil, transporte e estocagem, turismo e agricultura, respondendo por quase 5 milhões de empregos diretos (Americans for the Arts, 2017). Os estados de Nova York e Califórnia estão entre os que mais empregam e ofertam algumas das maiores remunerações para os trabalhadores culturais (Art Works, 2016). Bowitz e Ibenholt (2009) estimam que o patrimônio cultural responde por 7% do emprego total da cidade norueguesa de Røros. Herrero et al. (2006) estimam os impactos econômicos diretos e indiretos da escolha de Salamanca em 2002 como a capital cultural da Europa. Um aspecto fundamental neste caso particular (macrofestival) é o impacto proporcionado pelo turismo. A metodologia deste estudo é bem fundamentada, estimando o impacto do gasto

público e do gasto privado com a cultura e também os gastos com equipamentos e espaços culturais e turismo. Os multiplicadores obtidos foram todos superiores a 1, ou seja, o gasto econômico cultural gera um gasto econômico global ainda maior, com uma característica singular de que o impacto nacional foi maior que o impacto local. No capítulo 4 de Valiati et al. (2017) foi feita uma estimativa para o impacto econômico do setor audiovisual no Brasil.

Como a macroeconomia pode ser decomposta, pela ótica da produção, em diferentes setores produtivos, com já visto na abordagem das TRU, é possível identificar a contribuição específica de cada um deles, além da estrutura e funcionamento do setor em termos de vendas, renda, empregos etc. Como já visto, a atividade econômica cultural e criativa se distribui entre os macrossetores da indústria e dos serviços nas TRU. Para estudos setoriais mais detalhados, ver Cunha et al., (2020a) e os capítulos 4 e 20 de Guinsburgh e Throsby (2014) sobre o setor musical, capítulo 19 desta obra e Valiati et al. (2017) sobre o audiovisual, capítulo 21 de Guinsburgh e Throsby (2014) sobre o mercado editorial e capítulos 28 e 29 sobre patrimônio histórico-cultural e os museus, e Cunha et al. (2020b) sobre o setor de artes cênicas.²⁷

Em geral, os impactos econômicos dizem respeito aos efeitos de uma despesa no setor cultural sobre a renda, o emprego, a arrecadação, a geração de divisas etc. Existem diversas metodologias de cálculo de impacto, que não são abordadas neste capítulo. O relatório UNESCO (2012) apresenta uma discussão detalhada sobre as metodologias disponíveis para se estimar o impacto econômico das indústrias culturais. Para apresentar apenas uma ilustração, tome-se como exemplo a abertura de uma nova sala de cinema em uma cidade (fora de um shopping center). O espaço precisa de uma nova construção (investimento) ou despesas de adaptação. O impacto com a construção é maior, pois envolve mais gastos e estímulo de vários segmentos da cadeia produtiva. Isto é, teria um efeito multiplicador maior. Para acessar as salas, é preciso de infraestrutura envolvendo bilheteria operada por funcionários ou máquinas automatizadas, a disponibilidade de bens complementares, conforme capítulo 1

²⁷ Um detalhamento maior, contudo, dependeria de adaptações na metodologia do IBGE para captar as especificidades dos setores culturais e criativos, com a criação de uma conta satélite da cultura. A conta satélite é um subconjunto das contas nacionais voltada para um setor específico, que passa a ter uma desagregação maior para uma melhor compreensão da estrutura e dinâmica do mesmo. Um exemplo de dados culturais obtidos por meio das contas satélites pode ser consultado para o caso dos EUA em Art Works (2016).

(alimentação), água, eletricidade, rede de comunicação etc. Na sala de exibição são necessários assentos, tapeçaria, extintores de incêndio (e uma brigada anti-incêndio em muitos casos), a tela, a sala de projeção com equipamentos, o pagamento pela licença para exibir o filme etc. Calcula-se então o valor econômico gerado em cada uma destas atividades, assim como o emprego, a remuneração e outras despesas.

Ainda há poucos estudos de impacto econômico da atividade cultural e criativa, pois os dados para períodos longos não existem. As estatísticas sobre a atividade econômica cultural e criativa são recentes porque o próprio campo de pesquisa é novo. Existem também debates sobre a necessidade de definir melhor o escopo destas atividades, diferenciando entre os setores culturais e os criativos, que são ainda mais recentes²⁸. Em 2009 a UNESCO propôs um novo arcabouço com o objetivo de delimitar estas áreas e que tem servido como base para circunscrevê-las para fins de análise econômica (UNESCO 2009).

Finalmente, é importante enfatizar que os setores culturais e criativos são importantes áreas de atividade econômica. Os elementos discutidos neste capítulo (fundamentos macroeconômicos, o papel do multiplicador de gastos e empregos, a equivalência contábil entre produção, renda e gasto, as flutuações no nível de renda e emprego, as políticas macroeconômicas de estabilização, o crescimento econômico) podem ser instrumentos de entendimento desta importância econômica da cultura. É necessário ressaltar assim que a atividade cultural não é uma atividade econômica isolada. A análise microeconômica permite entender apenas suas características específicas. Contudo, a atividade cultural ocorre em um contexto econômico, social e político mais amplo, fornecendo e recebendo fluxos para e de outros setores, acumulando estoques tangíveis e intangíveis e proporcionando emprego e renda que, para além da dimensão quantitativa (a remuneração no setor cultural tende a ser maior que a remuneração média da economia), proporciona benefícios intangíveis pela própria natureza da sua produção e disseminação. Essa visão mais ampla é justamente a aplicação da abordagem macroeconômica à cultura, qualificada pelos inseparáveis elementos não econômicos.

²⁸ Para uma discussão introdutória sobre economia criativa, ver Newbingin (2010). Para o caso da economia criativa no Brasil, consultar Nyko e Zendron (2018). A UNCTAD elabora relatórios frequentes sobre o panorama da economia criativa no mundo. Ver UNCTAD (2010) e (2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Blanchard, O. Macroeconomia, 7ª edição. Pearson Universidades, 2018.

Feijó, C.; R. L. O. Ramos (orgs.) Contabilidade Social: Referência Atualizada das Contas Nacionais do Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Mitchell, W., Wray, L. R., Watts, M. Macroeconomics 1st ed. Red Globe Press, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Americans for the Arts. Arts Facts: Arts and Cultural Production Contribution to GDP, 2017. Disponível em: <https://www.americansforthearts.org/sites/default/files/BEA2015data.pdf>

Art Works (National Endowment for the Arts). Arts Data Profile: State-Level Estimates of Arts and Cultural Employment: 2001-2014, 2016. Disponível em: <https://www.arts.gov/sites/default/files/Brief1Access-highlights-arts-and-cultural-employment.pdf>

Bêrni, D. de Á. e V. Lautert (orgs.) (2011) Mesoconomia - Lições de Contabilidade Social: A Mensuração do Esforço Produtivo da Sociedade. Porto Alegre: Bookman.

Bowitz, E.; K. Ibenholt. Economic impacts of cultural heritage – Research and perspectives. *Journal of Cultural Heritage*, Vol. 10, Issue 1, January–March, pp 1-8, 2009.

Cunha, A. et al. (Orgs.) Música: Estudos Setoriais. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020a.

Cunha, A. et al. (Orgs.) Artes Cênicas: Estudos Setoriais. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020b.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. Introdução ao Orçamento Público. Módulo 1: Entendendo o Orçamento Público, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ena.gov.br/bitstream/1/3167/1/Modulo%201%20-%20Entendendo%20o%20Orçamento%20Publico.pdf>

Ginsburgh, V.; D. Throsby. Handbook of the Economics of Art and Culture. Amsterdã, North-Holland, 2014.

Herrero, L. C.; J. Á. Sanz; M. Devesa; A. Bedate; M. J. del Barrio. The Economic Impact of Cultural Events – A Case-Study of Salamanca 2002, European Capital of Culture. *European Urban and Regional Studies*, 13(1): 41–57, 2006.

Keynes, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Ministério da Cultura. Cultura em Números. 2ª edição, 2010. Disponível em: <http://cultura-digital.br/ecocultminc/files/2010/06/Cultura-em-N%C3%BAmeros-web.pdf>

Newbingin, J. A Economia Criativa – Um Guia Introdutório. British Council, 2010. Disponível em: https://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf

Nyko, D.; Zendron, P. Economia Criativa, in: Puga, F.; Barros de Castro, L. (Orgs.), Visão 2035: Brasil, país desenvolvido – Agendas setoriais para alcance da meta, p. 259–288, 1ª ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2018.

Proyecto Sostenuto. La cultura como factor de Innovación económica y social. Unidad de Investigación en Economía de la Cultura y Turismo (Econcult) – Instituto Interuniversitario de Desarrollo Local (IDL) – Universitat de València, s. d.

Silva, F. A. B. Financiamento Cultural no Brasil Contemporâneo. IPEA. Texto para Discussão, 2280, 2017. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2280.pdf

Silva, F. A. B.; R. Freitas Filho. Financiamento Cultural. Uma Visão de Princípios. IPEA, Texto para Discussão 2083, 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4220/1/td_2083.pdf

UNESCO. Institute for Statistics. The 2009 UNESCO framework for Cultural Statistics. Genebra, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000191061>

UNESCO. Measuring the economic contribution of cultural industries - A review and assessment of current methodological approaches, Montreal: Institute for Statistics, 2012. Disponível em: http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/measuring-the-economic-contribution-of-cultural-industries-a-review-and-assessment-of-current-methodological-approaches-en_1.pdf

UNCTAD. Creative Economy Report 2010. Geneva, 2010. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_en.pdf

UNCTAD. Creative Economy Outlook: Trends in international trade in creative industries 2002-2015. Geneva, 2018. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditcted2018d3_en.pdf

Valiati, L.; A. M. Cunha, C. L. Cauzzi, e G. Möller (Orgs.). Consumo de Audiovisual no Brasil. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.